

**32. Adendas aos Contratos-programa celebrados entre o Município de Braga e as Empresas Municipais Teatro Circo de Braga, E.M. S.A. e Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga.**

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior acompanhamento, fiscalização e apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 47º da lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a celebrar com as seguintes empresas municipais, as propostas de adendas aos Contratos-programa de 2023, de acordo com os documentos constantes dos processos, celebrados entre o Município de Braga e as seguintes empresas municipais:

- a) BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga;
- b) Teatro Circo de Braga EM, S.A..

**Assunto: Adenda ao contrato-programa celebrado entre o Município de Braga e a BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga**

**PROPOSTA:** Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior acompanhamento, fiscalização e apreciação da Assembleia Municipal, proposta de Adenda ao contrato-programa 2023 celebrado entre o Município de Braga e a BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga que prevê o pagamento no valor de 155.222,47 €, como compensação do aumento das rendas de mercado no Regime de Subarrendamento, na tentativa de conter as rescisões de contratos por parte dos proprietários com imóveis arrendados à BragaHabit, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 23.º, das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º e da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

**O Técnico Superior**

## **PROPOSTA**

**ASSUNTO:** Adenda ao Contrato-Programa celebrado entre o Município de Braga e a BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.

### **I. Exposição e Motivos**

- 1.** A atual conjuntura de grande pressão habitacional com escassez de oferta de habitações e o impacto da subida acentuada das rendas no mercado de arrendamento, impõe ao Município de Braga, através da BragaHabit, um novo esforço suplementar de apoio aos seus beneficiários na procura de novas soluções para incentivar o arrendamento.
- 2.** O número de famílias que beneficiam dos programas de apoio habitacional geridos pela BragaHabit continua a aumentar, sendo que, no final do 1º semestre de 2023, esse número já ascendia a 1.946 famílias - um aumento de 28% relativamente aos números registados no final do ano passado.
- 3.** A 31 de Dezembro de 2022 eram 1.517 as famílias apoiadas, sendo que esse número já representava um aumento de 22% face ao registo de famílias apoiadas no final de 2021 (que eram 1.230).
- 4.** O regime de apoio mais abrangente é o Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, que subsidia o pagamento da renda mensal a 972 famílias. O valor médio dos apoios concedidos também aumentou, fixando-se agora nos 135,15 €, quando em 2022 se fixava nos 78,38 €. No ano em curso, os subsídios atribuídos variam entre o valor mínimo de 43,45 € e o valor máximo de 246 €.
- 5.** Segue-se o regime de Arrendamento Apoiado, que consiste na atribuição de habitações municipais com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam e onde estão integradas 521 famílias com contrato de arrendamento ativo. A renda mensal média neste regime é de 45,73 €.

- 6.** No regime de subarrendamento estão integradas 147 famílias. Neste regime, a BragaHabit arrenda apartamentos dispersos pela cidade a proprietários privados para posteriormente subarrendar a famílias com poucos recursos económicos, calculando o valor da renda em função dos seus rendimentos. Atualmente, a renda média paga pelas famílias está nos 83,20 €.
- 7.** Os novos regimes de apoio habitacional lançados no final de 2022 também já chegam a centenas de famílias. No âmbito do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética já foram entregues 135 vouchers, com um valor máximo de 2.500 €, contribuindo para a minimização da pobreza energética no Município através da melhoria das condições energéticas das habitações que não estão sob a sua alçada.
- 8.** Em vigor desde o início de abril de 2023, o Regime de Apoio Direto ao Empréstimo já abrange 118 famílias, sendo que o valor médio dos subsídios atribuídos se fixa nos 110,95 €. Estas ajudas variam entre o valor mínimo de 51,81 € e o valor máximo de 197,07 €.
- 9.** Estão ainda integradas 38 pessoas no regime de residência partilhada. Este regime consiste na cedência, a cada um dos beneficiários, do gozo de um quarto de dormir, com partilha dos compartimentos e instalações comuns da respetiva habitação, acompanhada por um apoio social permanente prestado pelos serviços da BragaHabit. A comparticipação média dos beneficiários deste regime é de 20,37 €.
- 10.** Por último, foram aprovadas 15 candidaturas ao Porta de Entrada, um programa de apoio habitacional destinado a ajudar refugiados da Ucrânia a quem tenha sido concedida proteção temporária, ao abrigo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 29 A/2022, de 1 de março. Os valores médios comparticipados neste programa situam-se nos 454,45 € por agregado familiar.
- 11.** Neste momento decorre ainda o concurso para proprietários no âmbito do Programa Municipal de Arrendamento Acessível, prevendo-se que o primeiro concurso para subarrendatários possa ser aberto ainda no decorrer deste ano de 2023.

- 12.** De realçar ainda que a estratégia encetada pela BragaHabit, decorre da implementação dos vários regulamentos de apoio à habitação, aprovados pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal, cabendo apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhe estão cometidas e a que este município não pode alhear-se.
- 13.** No que diz respeito ao regime de subarrendamento, este pretende dar resposta habitacional a famílias que não têm resposta através do regime de arrendamento apoiado, devido à escassez de oferta pública.
- 14.** Assim, para suportar o aumento das rendas de mercado no regime de subarrendamento (dos 264,53 € para os 350,76 €), na tentativa de conter as rescisões de contratos por parte dos proprietários com imóveis arrendados à BragaHabit, verifica-se um aumento não previsto da despesa.
- 15.** Como compensação que deve atender ao aumento das rendas de mercado no regime de subarrendamento, na tentativa de conter as rescisões de contratos por parte dos proprietários com imóveis arrendados, veio a administração da BragaHabit, propor uma adenda ao contrato-programa para 2023, através da atribuição do valor adicional de 155.222,47 €.

## **II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão**

- 16.** A empresa municipal BragaHabit E.M., ainda que integrada no tecido empresarial local, representa uma entidade com um objeto que promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população, prosseguindo atividades entendidas como de interesse geral.
- 17.** Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da habitação que lhe são cometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea i) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade

Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

- 18.** O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.
- 19.** Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.
- 20.** Para a tomada das decisões deve ser assegurado que o apoio concedido gera uma "*mais-valia*" vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projeto ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica na situação vertente.
- 21.** O apoio a conceder não consubstancia um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.
- 22.** No que respeita ao controlo da atribuição do apoio, impende sobre a empresa municipal, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividade e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.
- 23.** Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município na empresa

municipal para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.

**24.** Refira-se ainda que os contratos-programa consubstanciam contratos intradministrativos, sendo-lhes aplicável o regime substantivo dos contratos administrativos, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 338.º do CCP.

**25.** Nestes termos, considere-se ainda que:

- a)** A BragaHabit, E.M, é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto social a gestão dos à habitação no concelho de Braga;
- b)** A empresa se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;
- c)** O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;
- d)** A adenda ao contrato-programa celebrado inscreve a carteira de projetos específicos desenvolvidos, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas da empresa, atento que o esforço associado à execução destas medidas que resultam das circunstâncias

descritas é muito superior ao regular funcionamento da atividade assegurado pelos meios de exploração libertos da empresa;

**e)** A minuta de adenda em anexo cumpre ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

**26.** O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.

**27.** Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças, e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.

**28.** De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.

**29.** Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa foi objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único.

**30.** A despesa tem enquadramento na rubrica 0102/04010101 do Orçamento do Município, cabendo-lhe o número de cabimento 81183, com o compromisso sequencial 100290.



O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio, Dr.



## **PARECER PRÉVIO SOBRE ADENDA AO CONTRATO- PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2023**

### **Introdução**

1. Nos termos do disposto no art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, na qualidade de Fiscal Único da entidade **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (doravante designada de “Entidade” ou “BragaHabit”), incumbe-nos emitir parecer prévio sobre os contratos programa a celebrar entre a referida entidade e o Município de Braga (entidade pública participante, detentora de 100% do seu capital social).

2. No contexto descrito, emitimos sobre o Contrato Programa referente ao exercício de 2023 parecer prévio favorável, datado de 13 de outubro de 2022, tendo em conta os pressupostos subjacentes e demais documentação fornecida pela Administração.

3. Vimos agora apresentar o nosso parecer prévio sobre a proposta/minuta de Adenda ao Contrato Programa de 2023 apresentada pela Administração da BragaHabit, no montante de 155 222,47 euros (documento com 2 páginas, por nós carimbadas e rubricadas, em anexo ao presente Parecer), como compensação pelo aumento das rendas de mercado no regime de subarrendamento, o qual originou um aumento não previsto da despesa da Entidade na rubrica de aquisição de serviços relacionados com o arrendamento.

### **Responsabilidades**

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade o cálculo do valor da compensação, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor da referida compensação, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **Âmbito**

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta da Adenda ao Contrato Programa.

7. Conforme referido acima, o cômputo do montante adicional supra referido assentou na quantificação dos diferenciais entre os valores das rendas a preços de mercado, ajustados às condições atuais praticadas no regime de subarrendamento.

### **Parecer**

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor adicional do subsídio à exploração previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta da Adenda ao Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela BragaHabit.

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 5 de setembro de 2023

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.**

(SROC 153, CMVM 20161463)

**MINUTA**  
**ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA – 2023**

Entre :

**PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva 506 901 173, representado pelo presidente da Câmara Municipal, **RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, na qualidade de 1.º outorgante.

E

**SEGUNDO: BragaHabit, E.M.**, pessoa coletiva 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, nº 51, neste ato representada por **Carlos Alberto da Fonte Videira**, como 2.º outorgante, na qualidade de Administrador Executivo, com poderes para o contrato,

Considerando que:

1. Na atual conjuntura de grande pressão habitacional com escassez de oferta de habitações no Concelho de Braga e o impacto da subida acentuada das rendas no mercado de arrendamento, a BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M. é desafiada a agir num esforço suplementar no apoio aos seus beneficiários na procura de novas soluções para incentivar o arrendamento.
2. Assim para suportar o aumento das rendas de mercado no Regime de Subarrendamento (dos 264.53€ para os 350.76€), na tentativa de conter as rescisões de contratos por parte dos proprietários com imóveis arrendados à Bragahabit, verifica-se um aumento não previsto da despesa na rubrica de aquisição de serviços relacionados com o arrendamento.

Tudo somado:

É determinante que o Município de Braga, proceda à compensação pelo aumento das rendas por parte dos senhorios da modalidade de subarrendamento.

Se cifra nas verbas apresentadas no quadro seguinte:



## SUBARRENDAMENTO

PREVISÃO			
	MÉDIA MENSAL	2022	2023
Número de processos atualizados (A)	-	157	150
Renda média e total das rendas de mercado (B)	350.76 €	467,046.00 €	631,375.03 €
Somatório das rendas sociais (C)	88.54 €	180,000.00 €	159,372.00 €
Esforço financeiro (D) (D= B-C)	262.22 €	318,617.36 €	<b>472,003.03 €</b>

Nestes termos, entre as partes é celebrada a presente adenda de modificação ao contrato programa acima identificado, que se regerá pela cláusula seguinte:

Cláusula 2.2 A – Obrigações e direitos das partes.

1 – Como compensação que deve atender, para dar suporte ao aumento das rendas de mercado no Regime de Subarrendamento na tentativa de conter as rescisões de contratos por parte dos proprietários com imóveis arrendados à Bragahabit, verifica-se um aumento não previsto da despesa na rubrica de aquisição de serviços relacionados com o arrendamento, o Município de Braga pagará à BragaHabit, E.M. o valor de 155.222,47€.

2 – Aquele valor será pago de uma só vez até final do presente ano.

Pela Câmara Municipal de Braga

---

Pela BragaHabit, E.M.

---

## ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA 2023

Entre a **Câmara Municipal de Braga**, adiante designada por Câmara, neste ato representada pelo seu Presidente Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e a **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, representada pelo Administrador Executivo do Conselho de Administração, Carlos Alberto da Fonte Videira;

Considerando que:

1. Na atual conjuntura de grande pressão habitacional, com escassez de oferta de habitações no Concelho de Braga e o impacto da subida acentuada das rendas no mercado de arrendamento, a BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M. é desafiada a agir num esforço suplementar no apoio aos seus beneficiários na procura de novas soluções para incentivar o arrendamento.
2. Assim para suportar o aumento das rendas de mercado no Regime de Subarrendamento (dos 264.53 € para os 350.76 €), na tentativa de conter as rescisões de contratos por parte dos proprietários com imóveis arrendados à Bragahabit, verifica-se um aumento não previsto da despesa na rubrica de aquisição de serviços relacionados com o arrendamento.

Tudo somado:

É determinante que o Município de Braga, proceda à compensação pelo aumento das rendas por parte dos senhorios da modalidade de subarrendamento.

Que se cifra nas verbas apresentadas no quadro seguinte:

SUBARRENDAMENTO				
				PREVISÃO
	MÉDIA MENSAL	2022		2023
Número de processos atualizados (A)	-	157		150
Renda média e total das rendas de mercado (B)	350.76 €	467,046.00 €		631,375.03 €
Somatório das rendas sociais (C)	88.54 €	180,000.00 €		159,372.00 €
Somatório Subsídios ( C=A-B)	262.22 €	318,617.36 €		<b>472,003.03 €</b>

Nestes termos, entre as partes é celebrada a presente adenda de modificação ao contrato programa acima identificado, que se regerá pela cláusula seguinte:

**Cláusula 2.2 A – Obrigações e direitos das partes**

1 – Como compensação que deve atender ao aumento das rendas de mercado no Regime de Subarrendamento, na tentativa de conter as rescisões de contratos por parte dos proprietários com imóveis arrendados à BragaHabit, o Município de Braga pagará à BragaHabit, E.M. o valor de 155.222,47 €.

2 – O referido valor será pago de uma só vez até final do presente ano.

Braga, 27 de junho de 2023

Pela Câmara Municipal de Braga

---

Pela BragaHabit, E.M.

---

**Assunto:** Adenda ao Contrato-Programa para 2023 celebrado entre o Município de Braga e o Teatro Circo de Braga EM, S.A.

**PROPOSTA:** Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior acompanhamento, fiscalização e apreciação da Assembleia Municipal, proposta de adenda ao Contrato-Programa 2023 celebrado entre o Município de Braga e o Teatro Circo de Braga EM, S.A., com vista a atualizar o valor e indicadores para a atividade realizada durante 2023, considerando o ajustamento nas ações a desenvolver no âmbito da Braga'25 e Braga Media Arts, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e de acordo com a alínea c) do n.º 6 do artigo 25.º, n.º 5 do artigo 47.º e artigo 50.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atual, e com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo

**O Técnico Superior**



## **PROPOSTA**

**ASSUNTO:** Adenda ao Contrato-Programa para 2023 celebrado entre o Município de Braga e o Teatro Circo de Braga EM, S.A.

### **I. Exposição e Motivos**

1. Foi dirigido, por parte da atual direção da empresa municipal Teatro Circo, um pedido de adenda ao contrato-programa, com vista a atualizar o valor e indicadores para a atividade realizada durante 2023, considerando o ajustamento nas ações a desenvolver no âmbito da Braga'25 e Braga Media Arts.
2. Assim,
  - 2.1. Na sequência da atribuição do título de Capital Europeia da Cultura à cidade de Évora e da designação de Braga como Capital Portuguesa da Cultura, o Município anunciou a transferência do apoio inicialmente previsto para a Braga'27 para este novo título e solicitou à equipa de missão que procedesse à revisão do programa cultural para 2025, adaptando-o à nova realidade financeira e temporal.
  - 2.2. Esta revisão implicou uma seleção e adaptação dos projetos previstos em sede de candidatura, reduzindo as propostas a concretizar, mas mantendo a sua abrangência e o envolvimento dos agentes locais, obrigando a um foco no trabalho de planeamento e, conseqüentemente, adiando em cerca de 6 meses a implementação das ações no terreno. Neste contexto, parte da dotação prevista para programação e comunicação não será concretizada em 2023, obrigando a uma revisão do contrato-programa:
    - 2.2.1. Realocação de parte do orçamento para o período seguinte, libertando a respetiva verba considerada em sede de contrato-programa para este ano;
    - 2.2.2. Ajustamento dos indicadores de realização e resultado em conformidade.
  - 2.3. Por outro lado, aquando da celebração do contrato-programa, não foi considerado no conjunto das obrigações do Teatro Circo o desenvolvimento de ações relativas

ao acolhimento da reunião anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO em 2024, cuja atribuição à cidade de Braga foi conhecida posteriormente à aprovação do Plano de Atividades para 2023, sendo necessário, para o efeito, reforçar a verba prevista no contrato-programa para esta linha de atuação da empresa municipal.

3. Sobre o Teatro Circo - com revelantíssimas responsabilidades em matéria cultural - cabe apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhe estão cometidas e a que este município não pode alhear-se.
4. O Teatro Circo constitui um polo aglutinador e fomentador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto social, consagrado no art.º 2º dos seus Estatutos, a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural do concelho de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que lhe estão afetos.

## **II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão**

5. A empresa municipal Teatro Circo, ainda que integrada no tecido empresarial local, representa uma entidade com um objeto que promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população, prosseguindo atividades entendidas como de interesse geral.
6. Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições no domínio da cultura que lhe são cometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.



- 7.** No que respeita ao controlo, impende sobre a empresa municipal, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividade e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.
- 8.** Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município na empresa municipal para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.
- 9.** Refira-se ainda que os contratos-programa consubstanciam contratos intradministrativos, sendo-lhes aplicável o regime substantivo dos contratos administrativos, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 338.º do CCP.
- 10.** Nestes termos, considere-se ainda que:
  - a)** O Teatro Circo, é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural no concelho de Braga;
  - b)** A empresa se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;
  - c)** O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se

especifiquem os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;

**d)** A adenda ao contrato-programa celebrado inscreve a carteira de projetos específicos desenvolvidos, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas da empresa, atento que o esforço associado à execução destas medidas que resultam das circunstâncias descritas é muito superior ao regular funcionamento da atividade assegurado pelos meios de exploração libertos da empresa;

**e)** A minuta de adenda em anexo cumpre ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

**11.** O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.

**12.** Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças, e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.

**13.** De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.

- 14.** Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa foi objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único.
- 15.** A despesa tem enquadramento na rubrica 0102/04010101 do Orçamento do Município, sendo efetuado o correspondente ajustamento no cabimento com o n.º 74291, e no compromisso sequencial com o número 91938.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio, Dr.





## **PARECER PRÉVIO SOBRE ADENDA AO CONTRATO- PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2023**

### **Introdução**

1. Nos termos do disposto no art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na qualidade de Fiscal Único da entidade **Teatro Circo de Braga, EM, S.A.** (doravante designada de “Entidade” ou “Teatro Circo”), incumbe-nos emitir parecer prévio sobre os contratos programa a celebrar entre a referida entidade e o Município de Braga (entidade pública participante, detentora de 100% do seu capital social).
2. No contexto descrito, emitimos sobre o Contrato Programa referente ao exercício de 2023 parecer prévio favorável, datado de 12 de outubro de 2022, tendo em conta os pressupostos subjacentes e demais documentação fornecida pela Administração.
3. Vimos agora emitir o nosso parecer prévio sobre a proposta/minuta de Adenda ao Contrato Programa de 2023 apresentada pela Administração do Teatro Circo, com vista à redução do montante em 281 800 euros (documento com 9 páginas, por nós carimbadas e rubricadas, em anexo ao presente Parecer), resultante do efeito líquido dos seguintes aspetos:
  - i) Pela atribuição do título de Capital Europeia da Cultura à cidade de Évora e da designação de Braga como Capital Portuguesa da Cultura, o Município anunciou a transferência do apoio inicialmente previsto para a Braga'27 para este novo título e solicitou a revisão do programa cultural para 2025, adaptando-o à nova realidade financeira e temporal. Da situação descrita resultou uma redução estimada de 341 750 euros face ao montante inicialmente previsto;
  - ii) Aquando da celebração do contrato-programa, não foi considerado no conjunto das obrigações do Teatro Circo o desenvolvimento de ações relativas ao acolhimento da reunião anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO em 2024, para o qual se estima um acréscimo de 59 950 euros.



## **Responsabilidades**

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade o cálculo do valor da compensação, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.
5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor da referida compensação, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## **Âmbito**

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:
  - Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
  - Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
  - Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta da Adenda ao Contrato Programa.
7. Conforme referido acima, o cômputo do montante apurado assentou na atualização do valor da comparticipação financeira que visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais destas atividades.

## **Parecer**

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor da redução prevista para o subsídio à exploração não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta da Adenda ao Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pelo Teatro Circo.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 5 de setembro de 2023

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.**

(SROC 153, CMVM 20161463)



## Adenda ao Contrato-Programa 2023

Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

Entre:

**Primeiro Outorgante:** Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, neste ato representada por Maria Sameiro Macedo Araújo, na qualidade de Vice-Presidente, doravante identificado como “Município de Braga”,

e

**Segundo Outorgante:** Teatro Circo de Braga EM, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, nº697, 4710-251 Braga, pessoa coletiva nº 500463964, aqui representado por Cláudia Teixeira Leite e Maria de Lurdes Rufino Machado de Campos Oliveira, na qualidade de membros do Conselho de Administração, doravante identificado como “TCB”.

Considerando que:

- a) É atribuição do Município de Braga a implementação de atividades que contribuam para o desenvolvimento cultural do concelho, através da diversificação da oferta cultural, da conquista de novos públicos, do acesso crescente da população à criação e fruição culturais;
- b) Ao abrigo da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a TCB, sociedade integralmente detida pelo Município de Braga, é uma empresa local, que prossegue o interesse público, cuja atividade possui uma especificidade técnica e material que justifica e torna mais conveniente a sua gestão sob a forma empresarial, e que tem como objeto exclusivo a exploração de atividades de interesse geral (vide artigos 6º nº 1, 19º nº 1 e 20º nº 1);
- c) A TCB constitui um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto social, consagrado no art.º 2º dos seus Estatutos, a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- d) Para desenvolver a sua missão de serviço público, a TCB desenvolve através do Theatro Circo e do gnracion um programa cultural próprio, diverso na sua temática, abarcando todas as áreas culturais (desde o teatro, dança e música, e outras artes do espetáculo, ao cinema, exposições, debates e conferências sob o tema da cultura), passando

também pela implementação de um serviço de mediação de públicos e visitas guiadas,

- e) Para além da gestão destes equipamentos culturais, a empresa desenvolve ainda uma programação específica na área de Media Arts, na sequência da admissão da cidade de Braga na Rede de Cidades Criativas da UNESCO; acompanha desde 2018 a estratégia cultural da cidade Braga Cultura 2030; e a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura 2027;
- f) Todas estas dimensões de programação foram objeto de celebração de um contrato programa entre o Município de Braga e a TCB relativo ao ano de 2023.
- g) Na sequência da atribuição do título de Capital Europeia da Cultura à cidade de Évora e da designação de Braga como Capital Portuguesa da Cultura, o Município anunciou a transferência do apoio inicialmente previsto para a Braga'27 para este novo título e solicitou à equipa de missão que procedesse à revisão do programa cultural para 2025, adaptando-o à nova realidade financeira e temporal.
- h) Esta revisão implicou uma seleção e adaptação dos projetos previstos em sede de candidatura, reduzindo as propostas a concretizar, mas mantendo a sua abrangência e o envolvimento dos agentes locais, obrigando a um foco no trabalho de planeamento e, conseqüentemente, adiando em cerca de 6 meses a implementação das ações no terreno. Neste contexto, parte da dotação prevista para programação e comunicação não será concretizada em 2023, obrigando a uma revisão do contrato-programa para:
  - i. realocação de parte do orçamento para o período seguinte, libertando a respetiva verba considerada em sede de contrato-programa para este ano;
  - ii. ajustamento dos indicadores de realização e resultado em conformidade.
- i) Por outro lado, aquando da celebração do contrato-programa, não foi considerado no conjunto das obrigações da TCB o desenvolvimento de ações relativas ao acolhimento da reunião anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO em 2024, cuja atribuição à cidade de Braga foi conhecida posteriormente à aprovação do Plano de Atividades para 2023.
- j) Relativamente a este último ponto, existindo um conjunto de atividades preparatórias que têm de ser organizadas ainda este ano e sendo fundamental que as mesmas sejam implementadas pela TCB, que coordena a equipa de missão da Braga Media Arts, é necessário reforçar a verba prevista no contrato-programa para esta linha de atuação da empresa municipal.

É celebrada a presente adenda ao Contrato-Programa, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

### **Cláusula 1.ª**

#### **(Objeto)**

Esta adenda visa atualizar o valor e indicadores relativos ao contrato-programa celebrado entre o TCB e o Município de Braga relativo à atribuição de um subsídio à exploração pelo Município de Braga à empresa municipal para a atividade realizada durante 2023, considerando o ajustamento nas ações a desenvolver no âmbito da Braga'25 e Braga Media Arts.

### **Cláusula 2.ª**

#### **(Finalidade e objetivos)**

De acordo com o definido na cláusula 1ª, a presente adenda visa:

- a) Atualizar os indicadores e valor do contrato programa relativo ao apoio às atividades de Braga'25 Capital Portuguesa da Cultura face ao novo calendário de implementação das ações e projetos a desenvolver em 2023;
- b) Atualizar o valor do subsídio a atribuir as ações de Braga Media Arts, face à inclusão da preparação da reunião anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO em 2024, no conjunto das atividades a desenvolver em 2023.

### **Cláusula 3.ª**

#### **(Atualização da comparticipação financeira)**

1. O montante da comparticipação financeira a atribuir à TCB em 2023 é reduzido em **281.800€** (duzentos e oitenta e um mil trezentos e oitocentos euros), provenientes de:

- a) Redução da contrapartida relativa às ações de Braga'25 em **341.750€** (trezentos e quarenta e um mil setecentos e cinquenta euros);
- b) Acréscimo de **59.950€** (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta euros), relativos às ações da Braga Media Arts.

2. Os valores referidos no ponto anterior dizem respeito à atualização do valor da comparticipação financeira que visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais destas atividades, como se demonstra no Anexo I à presente Adenda.

3. Considerando o referido no ponto 1 anterior, o valor total do contrato-programa para 2023 passa a totalizar o montante de **2.669.112€** (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, e cento e doze euros), atualizando-se as três últimas prestações do ano para o montante de **151.994,37€** (cento e cinquenta e um novecentos e noventa e quatro euros e trinta e sete centimos) por mês.

### **Cláusula 4.ª**

#### **(Indicadores de Eficácia e Eficiência)**

Considerando as alterações definidas na cláusula 2ª, são atualizados os seguintes indicadores:



Indicadores para as atividades de programação interna desenvolvidas ao abrigo da Adenda ao Contrato-Programa

Quadro n.º 1 – Indicadores de Eficácia de Braga'27

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2023
<i>Implementação da programação de Braga'25</i>	Execução do programa de ação de Braga'25	N.º de eventos apoiados	[85-105]
		Público nos eventos apoiados	[2 000-2 500]
<i>Apoio ao sector cultural e criativo local, através da capacitação e promoção dos criadores locais e regionais</i>	Aposta no intercâmbio internacional	N.º de entidades internacionais envolvidas na programação	[5-10]
		N.º de ações desenvolvidas	[8-15]
	Desenvolvimento de ações de Capacitação do Sector Cultural e Criativo	N.º de participantes	[200-350]
		N.º de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos projetos apoiados	[7-15]
<i>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</i>	Desenvolvimento de um programa de mediação e de ações com comunidades locais	N.º de ações	[35-50]
		N.º total de participantes	[150-300]
<i>Reforço da notoriedade e posicionamento da Braga 25</i>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	N.º de materiais de comunicação distribuídos	[10 000-15 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 2 – Indicadores de Eficácia de Braga Media Arts

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2023
<i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i>	Desenvolvimento de programação na área das Media Arts	Nº de eventos e ações de Media Arts desenvolvidas	[140-155]
		Público nas ações e eventos de Media Arts apoiados	[3 000-5 000]

Cláusula 5.<sup>a</sup>  
(Vigência da Adenda)

Esta Adenda produzirá os seus efeitos após a assinatura da mesma e vigorará no ano de 2023.

Cláusula 6.<sup>a</sup>  
(Aceitação)

A presente Adenda, a submeter para aprovação pelo Executivo Municipal, vai ser assinado pelo primeiro e segundo outorgantes.

Braga, xx de setembro de 2023 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
A Vice-Presidente da C. M. de Braga

\_\_\_\_\_  
A Administração do Teatro Circo de Braga  
EM, S.A.

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

## Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

No presente anexo apresenta-se a informação de suporte ao cálculo do subsídio à exploração para as atividades da Braga Media Artes e Braga 25, sendo indicados os pressupostos subjacentes ao valor apresentado.

### a) Estimativa de espectadores/públicos das atividades apoiadas

	N.º eventos previsto	Nº médio de público por evento	Público Total previsto
<b>Braga 25</b>			
Espectáculos	3	67	200
Residências	5	15	75
Conferencias	2	75	150
Ações de formação/capacitação	14	26	360
Ações com comunidade	27	15	400
Ações de mediação	50	26	1 300
<b>Sub -Total</b>	<b>101</b>	<b>25</b>	<b>2 485</b>
<b>Braga Media Arts</b>	<b>155</b>	<b>20</b>	<b>3100</b>

### b) Estimativa de públicos por tipo de bilhete

Para estimativa de públicos por tipo de desconto considerou-se que todas as atividades desenvolvidas no contexto da Braga'25 seriam de entrada gratuita, e manteve-se o previsto em sede de contrato-programa para as atividades de BMA. Nas tabelas seguintes apresenta-se a previsão de descontos por tipo de evento e o seu impacto na bilheteira de 2023, por projeto participado.

	% de Bilhetes com desconto			
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Braga'25	0%	0%	0%	100%
Braga Media Arts	10%	5%	5%	80%

	N.º bilhetes com desconto			
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Braga'25	0	0	0	2 485
Braga Media Arts	310	155	155	2480

### c) Preços médios por área e preços de mercado

O quadro seguinte apresenta o valor médio do preço do bilhete (IVA incluído) por área de atividade da programação, face ao preço de mercado que teria que ser praticado pela empresa, ainda que visando a obtenção de um lucro mínimo.

	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
<b>Braga'25</b>			
Espetáculos	0,0 €	0,0 €	8,8 €
Residências	0,0 €	0,0 €	200,0 €
Conferencias	0,0 €	0,0 €	55,0 €
Ações de formação/capacitação	0,0 €	0,0 €	8,0 €
Ações com comunidade	0,0 €	0,0 €	0,0 €
Ações de mediação	0,0 €	0,0 €	1,0 €
<b>Braga Media Arts</b>	<b>6,0€</b>	<b>1,0€</b>	<b>181,30€</b>

**d) Plano previsional de rendimentos – Programação Interna**

Face ao acima exposto, e considerando as atividades e públicos estimados, foi definido o seguinte plano previsional de rendimentos:

Rendimentos Programação Interna	Braga'25	Braga Media Arts
Bilheteira	0 €	2 895€
<i>Bilhetes Inteiros</i>	0 €	1 755 €
<i>Bilhetes com desconto</i>	0 €	1 141 €
Pré-vendas	0 €	0 €
Cartões quadrilátero	0 €	0 €
Subsídios Estado/UE	0 €	80 598 €
Patrocínio/Apoio Eventos	0 €	0 €
<b>Total</b>	<b>0 €</b>	<b>83 493 €</b>

**e) Plano previsional de custos – Programação Interna**

Para a implementação das atividades, estimaram-se os custos que se resumem abaixo:

Custos Programação Interna	Braga'25	Braga Media Arts
Produção	306 270 €	189 527 €
Comunicação	100 000 €	67 928 €
Equipa Técnica	287 925 €	257 118€
Instalações e Equipamentos	61 055 €	15 613 €
<b>Total</b>	<b>755 250 €</b>	<b>530 186 €</b>



f) Subsídio à Exploração

Face aos rendimentos e custos acima apresentados, e tendo por base o diferencial entre o preço real e o preço praticado pela TCB para estas atividades estima-se a atribuição do subsídio à exploração no montante de 755.250€ para as atividades da Braga 25 e 446.693€ para a BMA.

	Braga'25	Braga Media Arts
Rendimentos Programação Interna	0 €	83 493 €
Custos Programação Interna	755 250 €	530 186 €
Défi ce Gerado = Subsídio à Exploração	755 250 €	446 693 €

	Braga'25	Braga Media Arts
Valor do subsídio previsto em contrato-programa	1 097 000 €	386 743 €
Valor do subsídio revisto	755 250 €	446 693 €
Diferencial	- 341 750 €	59 950 €
<b>Total</b>	<b>- 281.800€</b>	

Considerando o valor previsto em sede de contrato-programa, observa-se uma redução do subsídio a atribuir à Braga 25 em 341.750€ e um acréscimo nas BMA em 59.950€, o que representa uma redução global do valor do contrato-programa em 281.800€.

Mantendo-se inalteradas as premissas relativas aos apoios das restantes atividades desenvolvidas pela empresa municipal no âmbito da programação do Theatro Circo e gnration, o valor do contrato-programa celebrado entre o Município e o TCB é reduzido de 2.950.912€ para 2.669.112€.

## Adenda ao Contrato-Programa 2023

Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

### Entre:

**Primeiro Outorgante:** Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, neste ato representada por Maria Sameiro Macedo Araújo, na qualidade de Vice-Presidente, doravante identificado como “Município de Braga”,

e

**Segundo Outorgante:** Teatro Circo de Braga EM, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, nº697, 4710-251 Braga, pessoa coletiva nº 500463964, aqui representado por Cláudia Teixeira Leite e Maria de Lurdes Rufino Machado de Campos Oliveira, na qualidade de membros do Conselho de Administração, doravante identificado como “TCB”.

### Considerando que:

- a) É atribuição do Município de Braga a implementação de atividades que contribuam para o desenvolvimento cultural do concelho, através da diversificação da oferta cultural, da conquista de novos públicos, do acesso crescente da população à criação e fruição culturais;
- b) Ao abrigo da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a TCB, sociedade integralmente detida pelo Município de Braga, é uma empresa local, que prossegue o interesse público, cuja atividade possui uma especificidade técnica e material que justifica e torna mais conveniente a sua gestão sob a forma empresarial, e que tem como objeto exclusivo a exploração de atividades de interesse geral (vide artigos 6º nº 1, 19º nº 1 e 20º nº 1);
- c) A TCB constitui um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais junto do público, na cidade e na região, e tem como objeto social, consagrado no art.º 2º dos seus Estatutos, a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e a programação do edifício propriedade da empresa, e dos demais espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- d) Para desenvolver a sua missão de serviço público, a TCB desenvolve através do Theatro Circo e do gnracion um programa cultural próprio, diverso na sua temática, abarcando todas as áreas culturais (desde o teatro, dança e música, e outras artes do espetáculo, ao cinema, exposições, debates e conferências sob o tema da cultura), passando

- também pela implementação de um serviço de mediação de públicos e visitas guiadas;
- e) Para além da gestão destes equipamentos culturais, a empresa desenvolve ainda uma programação específica na área de Media Arts, na sequência da admissão da cidade de Braga na Rede de Cidades Criativas da UNESCO; acompanha desde 2018 a estratégia cultural da cidade Braga Cultura 2030; e a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura 2027;
  - f) Todas estas dimensões de programação foram objeto de celebração de um contrato programa entre o Município de Braga e a TCB relativo ao ano de 2023.
  - g) Na sequência da atribuição do título de Capital Europeia da Cultura à cidade de Évora e da designação de Braga como Capital Portuguesa da Cultura, o Município anunciou a transferência do apoio inicialmente previsto para a Braga'27 para este novo título e solicitou à equipa de missão que procedesse à revisão do programa cultural para 2025, adaptando-o à nova realidade financeira e temporal.
  - h) Esta revisão implicou uma seleção e adaptação dos projetos previstos em sede de candidatura, reduzindo as propostas a concretizar, mas mantendo a sua abrangência e o envolvimento dos agentes locais, obrigando a um foco no trabalho de planeamento e, consequentemente, adiando em cerca de 6 meses a implementação das ações no terreno. Neste contexto, parte da dotação prevista para programação e comunicação não será concretizada em 2023, obrigando a uma revisão do contrato-programa para:
    - i. realocação de parte do orçamento para o período seguinte, libertando a respetiva verba considerada em sede de contrato-programa para este ano;
    - ii. ajustamento dos indicadores de realização e resultado em conformidade.
  - i) Por outro lado, aquando da celebração do contrato-programa, não foi considerado no conjunto das obrigações da TCB o desenvolvimento de ações relativas ao acolhimento da reunião anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO em 2024, cuja atribuição à cidade de Braga foi conhecida posteriormente à aprovação do Plano de Atividades para 2023.
  - j) Relativamente a este último ponto, existindo um conjunto de atividades preparatórias que têm de ser organizadas ainda este ano e sendo fundamental que as mesmas sejam implementadas pela TCB, que coordena a equipa de missão da Braga Media Arts, é necessário reforçar a verba prevista no contrato-programa para esta linha de atuação da empresa municipal.

**É celebrada a presente adenda ao Contrato-Programa, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:**

### **Cláusula 1.ª**

#### **(Objeto)**

Esta adenda visa atualizar o valor e indicadores relativos ao contrato-programa celebrado entre o TCB e o Município de Braga relativo à atribuição de um subsídio à exploração pelo Município de Braga à empresa municipal para a atividade realizada durante 2023, considerando o ajustamento nas ações a desenvolver no âmbito da Braga'25 e Braga Media Arts.

### **Cláusula 2.ª**

#### **(Finalidade e objetivos)**

De acordo com o definido na cláusula 1ª, a presente adenda visa:

- a) Atualizar os indicadores e valor do contrato programa relativo ao apoio às atividades de Braga'25 Capital Portuguesa da Cultura face ao novo calendário de implementação das ações e projetos a desenvolver em 2023;
- b) Atualizar o valor do subsídio a atribuir as ações de Braga Media Arts, face à inclusão da preparação da reunião anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO em 2024, no conjunto das atividades a desenvolver em 2023.

### **Cláusula 3.ª**

#### **(Atualização da comparticipação financeira)**

1. O montante da comparticipação financeira a atribuir à TCB em 2023 é reduzido em **281.800€** (duzentos e oitenta e um mil trezentos e oitocentos euros), provenientes de:

- a) Redução da contrapartida relativa às ações de Braga'25 em **341.750€** (trezentos e quarenta e um mil setecentos e cinquenta euros);
- b) Acréscimo de **59.950€** (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta euros), relativos às ações da Braga Media Arts.

2. Os valores referidos no ponto anterior dizem respeito à atualização do valor da comparticipação financeira que visa cobrir o défice decorrente do facto das receitas operacionais anuais serem inferiores aos custos anuais destas atividades, como se demonstra no Anexo I à presente Adenda.

3. Considerando o referido no ponto 1 anterior, o valor total do contrato-programa para 2023 passa a totalizar o montante de **2.669.112€** (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, e cento e doze euros), atualizando-se as três últimas prestações do ano para o montante de **151.994,37€** (cento e cinquenta e um novecentos e noventa e quatro euros e trinta e sete centimos) por mês.

### **Cláusula 4.ª**

#### **(Indicadores de Eficácia e Eficiência)**

Considerando as alterações definidas na cláusula 2ª, são atualizados os seguintes indicadores:

Indicadores para as atividades de programação interna desenvolvidas ao abrigo da Adenda ao Contrato-Programa

Quadro n.º 1 – Indicadores de Eficácia de Braga'27

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2023
<b>Implementação da programação de Braga'25</b>	Execução do programa de ação de Braga'25	Nº de eventos apoiados	[85-105]
		Público nos eventos apoiados	[2 000-2 500]
<b>Apoio ao sector cultural e criativo local, através da capacitação e promoção dos criadores locais e regionais</b>	Aposta no intercâmbio internacional	Nº de entidades internacionais envolvidas na programação	[5-10]
	Desenvolvimento de ações de Capacitação do Sector Cultural e Criativo	N.º de ações desenvolvidas	[8-15]
		N.º de participantes	[200-350]
	Aposta na produção artístico-cultural local e regional, em complementaridade com as restantes estruturas locais de programação	Nº de entidades e artistas locais/regionais envolvidos nos projetos apoiados	[7-15]
<b>Criação e fidelização de públicos e promoção de um acesso inclusivo e universal</b>	Desenvolvimento de um programa de mediação e de ações com comunidades locais	N.º de ações	[35-50]
		Nº total de participantes	[150-300]
<b>Reforço da notoriedade e posicionamento da Braga 25</b>	Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado, que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos	Nº de materiais de comunicação distribuídos	[10 000-15 000]
		Crescimento dos seguidores nas redes sociais	[5%-10%]

Quadro n.º 2 – Indicadores de Eficácia de Braga Media Arts

Objetivos estratégicos	Plano de ação	Indicadores do Contrato Programa	Meta 2023
<b><i>Aposta numa programação contemporânea, de elevada qualidade, diversificada e inclusiva, de acordo com os princípios da estratégia Braga Cultura 2030</i></b>	Desenvolvimento de programação na área das Media Arts	Nº de eventos e ações de Media Arts desenvolvidas	[140-155]
		Público nas ações e eventos de Media Arts apoiados	[3 000-5 000]

**Cláusula 5.ª**  
**(Vigência da Adenda)**

Esta Adenda produzirá os seus efeitos após a assinatura da mesma e vigorará no ano de 2023.

**Cláusula 6ª**  
**(Aceitação)**

A presente Adenda, a submeter para aprovação pelo Executivo Municipal, vai ser assinado pelo primeiro e segundo outorgantes.

Braga, xx de setembro de 2023

---

A Vice-Presidente da C. M. de Braga

---

A Administração do Teatro Circo de Braga  
EM, S.A.

Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

## Anexo I – Informação relativa ao cálculo do subsídio à exploração

No presente anexo apresenta-se a informação de suporte ao cálculo do subsídio à exploração para as atividades da Braga Media Artes e Braga 25, sendo indicados os pressupostos subjacentes ao valor apresentado.

### a) Estimativa de espectadores/públicos das atividades apoiadas

	N.º eventos previsto	Nº médio de público por evento	Público Total previsto
<b>Braga 25</b>			
Espectáculos	3	67	200
Residências	5	15	75
Conferencias	2	75	150
Ações de formação/capacitação	14	26	360
Ações com comunidade	27	15	400
Ações de mediação	50	26	1 300
<b>Sub -Total</b>	<b>101</b>	<b>25</b>	<b>2 485</b>
<b>Braga Media Arts</b>	<b>155</b>	<b>20</b>	<b>3100</b>

### b) Estimativa de públicos por tipo de bilhete

Para estimativa de públicos por tipo de desconto considerou-se que todas as atividades desenvolvidas no contexto da Braga'25 seriam de entrada gratuita, e manteve-se o previsto em sede de contrato-programa para as atividades de BMA. Nas tabelas seguintes apresenta-se a previsão de descontos por tipo de evento e o seu impacto na bilheteira de 2023, por projeto participado.

	% de Bilhetes com desconto			
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Braga'25	0%	0%	0%	100%
Braga Media Arts	10%	5%	5%	80%

	N.º bilhetes com desconto			
	Bilhetes Inteiros	Desconto 20%	Desconto 50%	Gratuitos
Braga'25	0	0	0	2 485
Braga Media Arts	310	155	155	2480

### c) Preços médios por área e preços de mercado

O quadro seguinte apresenta o valor médio do preço do bilhete (IVA incluído) por área de atividade da programação, face ao preço de mercado que teria que ser praticado pela empresa, ainda que visando a obtenção de um lucro mínimo.



	Preço Médio Bilhete Inteiro	Preço Médio Bilhete com descontos	Valor Real Médio Bilhete
<b>Braga'25</b>			
Espectáculos	0,0 €	0,0 €	8,8 €
Residências	0,0 €	0,0 €	200,0 €
Conferencias	0,0 €	0,0 €	55,0 €
Ações de formação/capacitação	0,0 €	0,0 €	8,0 €
Ações com comunidade	0,0 €	0,0 €	0,0 €
Ações de mediação	0,0 €	0,0 €	1,0 €
<b>Braga Media Arts</b>	<b>6,0€</b>	<b>1,0€</b>	<b>181,30€</b>

#### d) Plano previsional de rendimentos – Programação Interna

Face ao acima exposto, e considerando as atividades e públicos estimados, foi definido o seguinte plano previsional de rendimentos:

Rendimentos Programação Interna	Braga'25	Braga Media Arts
Bilheteira	0 €	2 895€
<i>Bilhetes Inteiros</i>	0 €	1 755 €
<i>Bilhetes com desconto</i>	0 €	1 141 €
Pré-vendas	0 €	0 €
Cartões quadrilátero	0 €	0 €
Subsídios Estado/UE	0 €	80 598 €
Patrocínio/Apoio Eventos	0 €	0 €
<b>Total</b>	<b>0 €</b>	<b>83 493 €</b>

#### e) Plano previsional de custos – Programação Interna

Para a implementação das atividades, estimaram-se os custos que se resumem abaixo:

Custos Programação Interna	Braga'25	Braga Media Arts
Produção	306 270 €	189 527 €
Comunicação	100 000 €	67 928 €
Equipa Técnica	287 925 €	257 118€
Instalações e Equipamentos	61 055 €	15 613 €
<b>Total</b>	<b>755 250 €</b>	<b>530 186 €</b>

#### f) Subsídio à Exploração

Face aos rendimentos e custos acima apresentados, e tendo por base o diferencial entre o preço real e o preço praticado pela TCB para estas atividades estima-se a atribuição do subsídio à exploração no montante de **755.250€** para as atividades da Braga 25 e **446.693€** para a BMA.

	Braga'25	Braga Media Arts
Rendimentos Programação Interna	0 €	83 493 €
Custos Programação Interna	755 250 €	530 186 €
Défi ce Gerado = Subsídio à Exploração	<b>755 250 €</b>	<b>446 693 €</b>

	Braga'25	Braga Media Arts
Valor do subsídio previsto em contrato-programa	1 097 000 €	386 743 €
Valor do subsídio revisto	755 250 €	446 693 €
Diferencial	<b>- 341 750 €</b>	<b>59 950 €</b>
<b>Total</b>	<b>- 281.800€</b>	

Considerando o valor previsto em sede de contrato-programa, observa-se uma redução do subsídio a atribuir à Braga 25 em **341.750€** e um acréscimo nas BMA em **59.950€**, o que representa uma redução global do valor do contrato-programa em **281.800€**.

Mantendo-se inalteradas as premissas relativas aos apoios das restantes atividades desenvolvidas pela empresa municipal no âmbito da programação do Theatro Circo e gnration, o valor do contrato-programa celebrado entre o Município e o TCB é reduzido de **2.950.912€** para **2.669.112€**.